

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor

Nome: Olivia Morais de Medeiros Neta

E-mail: olivia.neta@ufrn.br

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Submetido: 26/10/2019

Aprovado: 27/02/2020

Publicado: 02/08/2021

 10.20396/rho.v21i00.8657276

e-Location: e021031

ISSN: 1676-2584

Como citar ABNT (NBR 6023):

MEDEIROS NETA, O. M. de; LUCAS, M. K. P. O ensino agrícola no Rio Grande do Norte (1910-1967). Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 21, p. 1-24, 2021. DOI:

10.20396/rho.v21i00.8657276.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8657276>. Acesso em: 02 ago. 2021.

O ENSINO AGRÍCOLA NO RIO GRANDE DO NORTE (1910-1967)¹



Lattes

Olivia Morais de Medeiros Neta*

Universidade Federal do Rio Grande do Norte



Lattes

Marcelly Kathleen Pereira Lucas**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as ações do Estado para o desenvolvimento do ensino agrícola no Rio Grande do Norte, bem como a influência das determinações legais nesse processo no período de 1910 a 1967. Para isso, realizou-se mapeamento e análise documental das mensagens dos governadores do Rio Grande do Norte e dos relatórios do Ministério da Agricultura, os quais se constituem como fontes a esta investigação. O recorte temporal justifica-se pelo Plano Geral do Ensino Agrônômico de 1910 e a transferência do ensino agrícola para o Ministério da Educação e Cultura. O referencial teórico baseia-se na concepção de educação profissional conforme Manfredi (2003) e na dimensão da história política de acordo com René Rémond (2003) e José D'Assunção Barros (2005). Com a análise, percebeu-se que o ensino agrícola, no período de 1910 a 1967, era definido pelas determinações do Ministério da Agricultura em suas diferentes denominações e organizações ao longo dos anos. E, no Rio Grande do Norte, as principais ações para o desenvolvimento desse ensino foram a implantação da Escola de Agricultura e Criação, o Campo de demonstração de Macaíba, os cursos ambulantes que eram ministrados no Campo, a Escola Agrícola de Jundiá, o Curso de Especialização para o Serviço do Algodão, as Semanas Ruralistas e cursos e palestras ministrados nas visitas da Inspetoria Agrícola

PALAVRAS-CHAVE: História da educação. Educação profissional. Ensino agrícola.

Distribuído Sobre



Checagem Antiplágio



THE AGRICULTURAL EDUCATION IN RIO GRANDE DO NORTE (1910-1967)

Abstract

This paper aims to analyze the actions of the State for the development of agricultural education in Rio Grande do Norte, as well as the influence of legal determinations in this process from 1910 to 1967. For this, we began the process of mapping and document analysis of messages from the governors of Rio Grande do Norte and reports from the Ministry of Agriculture, which constitute sources for this investigation. The time frame is justified by the General Plan of Agronomic Education of 1910 and the transfer of agricultural education to the Ministry of Education and Culture. The theoretical framework is based on the conception of professional education according to Manfredi (2003) and the dimension of political history according to René Rémond (2003) and José D'Assunção Barros (2005). With the analysis it was realized that the agricultural education, from 1910 to 1967, was defined by the determinations of the Ministry of Agriculture, in its different denominations and organizations over the years. And in Rio Grande do Norte the main actions for the development of this teaching were the implementation of the School of Agriculture and Creation, the Macaíba Demonstration Camp, the walking courses that were taught in the Camp, the Jundiá Agricultural School, the Specialization Course for the Cotton Service, the Rural Weeks and the courses and lectures given during the visits of the Agricultural Inspectorate.

Keywords: History of education. Professional education. Agricultural education.

LA EDUCACIÓN AGRÍCOLA EN RÍO GRANDE DO NORTE (1910-1967)

Resumen

Este documento tiene como objetivo analizar las acciones del Estado para el desarrollo de la educación agrícola en Rio Grande do Norte, así como la influencia de las determinaciones legales en este proceso desde 1910 hasta 1967. Para esto, comenzamos el proceso de mapeo y análisis de documentos de mensajes de los gobernadores de Rio Grande do Norte e informes del Ministerio de Agricultura, que constituyen fuentes para esta investigación. El plazo está justificado por el Plan General de Educación Agronómica de 1910 y la transferencia de la educación agrícola al Ministerio de Educación y Cultura. El marco teórico se basa en la concepción de la educación profesional según Manfredi (2003) y la dimensión de la historia política según René Rémond (2003) y José D'Assunção Barros (2005). Con el análisis se realizó que la educación agrícola, de 1910 a 1967, fue definida por las determinaciones del Ministerio de Agricultura, en sus diferentes denominaciones y organizaciones a lo largo de los años. Y en Rio Grande do Norte, las principales acciones para el desarrollo de esta enseñanza fueron la implementación de la Escuela de Agricultura y Creación, el Campo de Demostración de Macaíba, los cursos a pie que se impartieron en el Campo, la Escuela Agrícola de Jundiá, el Curso de Especialización para el Servicio del Algodón, las Semanas Rurales y los cursos y conferencias impartidos durante las visitas de la Inspección Agrícola.

Palabras clave: Historia de la educación. Educación profesional. Educación agrícola.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objeto o Ensino Agrícola no Rio Grande do Norte no período de 1910 a 1967. Em 1910, o Decreto nº 8.319, de 20 de outubro, denominado Plano Geral do Ensino Agrônomo, determinou o seu ato de criação e fixou as diretrizes e determinações gerais para o desenvolvimento do Ensino Agrícola. Em 1967, todos os órgãos

de ensino do Ministério da Agricultura foram transferidos para o Ministério da Educação e Cultura através do Decreto nº 60.731 de 19 de maio de 1967. Dessa forma, o recorte temporal justifica-se por esses dois marcos, de modo que analisaremos o Ensino Agrícola a partir das determinações do Ministério da Agricultura.

Assim, com esse estudo, objetivamos analisar quais as ações do Estado para o desenvolvimento do ensino agrícola no Rio Grande do Norte, bem como a influência das determinações legais nesse processo. Além disso, temos o intuito de contribuir para preencher a lacuna presente na historiografia do Rio Grande do Norte, referente ao ensino agrícola e à educação profissional no estado.

O caminho metodológico adotado partiu do Mapeamento das Mensagens dos Governadores do Rio Grande do Norte sobre as ações voltadas ao ensino profissional no estado. Além disso, construímos um levantamento bibliográfico sobre o tema. Não foram encontrados estudos com essa temática no Rio Grande do Norte; o estudo que mais se aproxima e contribui para essa discussão é a dissertação de Karla Katiele Oliveira da Silva (2017), “O Ensino Profissional do Rio Grande Do Norte: indícios da ação do Estado de 1908 a 1957”, defendida no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional do Instituto Federal do Rio Grande do Norte no ano de 2017. A autora analisa as ações do Estado no período de 1908 a 1957 a partir dos regimentos, leis e decretos do estado. (SILVA, 2017). Os relatórios do Ministério da Agricultura também se constituem como fontes a essa investigação.

Diante disso, surgiram os seguintes questionamentos: quais as ações do Estado para o desenvolvimento do Ensino Agrícola? Como se configurava o Ensino Agrícola no período em estudo? Qual a influência das determinações do Ministério da Agricultura para o Ensino Agrícola no Rio Grande do Norte?

Dessa forma, essa pesquisa se insere no campo da Educação Profissional, especificamente, no domínio da História da Educação Profissional, segundo a concepção de Silvia Manfredi (2003), na dimensão da história política de René Rémond (2003) e José D’Assunção Barros (2005) e na abordagem metodológica com ênfase no método indiciário de Ginzburg (1989).

EDUCAR PARA MODERNIZAR A AGRICULTURA

OS PRIMEIROS PASSOS: A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O ENSINO AGRÍCOLA

O campo da História da Educação é, segundo o entendimento de Vidal e Faria Filho (2003), marcado pela criação dos Grupos de Trabalho de História da Educação na ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), do Grupo de Estudos e

Pesquisas em “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR) e pela criação de sua revista nos anos 1980. Além disso, observamos a preocupação desse campo com a investigação do desenvolvimento global da educação.

Com a criação da Sociedade Brasileira de História da Educação, em 1999, percebemos um período de crescimento na área e da divulgação das produções científicas do campo através da Revista Brasileira de História da Educação e dos Congressos Brasileiros de História da Educação. Para Vidal e Faria Filho (2003, p. 60), a História da Educação é, “[...] ao mesmo tempo, uma subárea da educação e uma especialização da história.”

A partir disso, debruçamo-nos sobre a compreensão do campo da Educação Profissional, o qual entendemos como “[...] um campo de disputa e de negociação entre os diferentes segmentos e grupos que compõem uma sociedade, desvelando a dimensão histórico-política das reformas de ensino, das concepções, dos projetos e das práticas formativas.” (MANFREDI, 2003, p. 61).

Percebemos o ensino profissional como tema inserido na disputa de interesses e fruto da relação entre escola e trabalho. Sendo necessário atentar ao modo como as diferentes esferas da sociedade, entre elas: econômica, social, política e cultural, determinam as relações que são estabelecidas entre trabalho, escolaridade e profissionalização. (MANFREDI, 2003).

Manfredi (2003) chama a atenção à percepção da educação profissional como realidade condicionada pelas necessidades de trabalho e qualificação. “Com isso, não se quer dizer que não haja uma correlação entre as necessidades e as transformações em curso no mundo do trabalho, com a emergência de novos requisitos educacionais e a importância da escola.” (MANFREDI, 2003, p. 50).

Essa aproximação com a temática permitiu-nos o contato com as fontes, as mensagens dos governadores, e, a partir da leitura delas, fizemos um levantamento de ações do Estado para o desenvolvimento dessa área. Os resultados encontrados no levantamento foram organizados por categorias como Escola Normal, Educação Feminina, Ensino Comercial e Criação de Escolas; a que mais chamou a atenção foi a categoria na qual estavam concentrados os resultados referentes ao Ensino Agrícola.

Um dos resultados dessa pesquisa foi a relação de escolas onde era desenvolvido o Ensino Profissional no estado. Em busca de conhecer mais sobre uma dessas escolas, a Escola Agrícola de Jundiáí, chegamos à conclusão que essa era apenas uma das faces do Ensino Agrícola no Rio Grande do Norte. Diante desses resultados, iniciamos um levantamento historiográfico que nos revelou uma escassez no que se refere aos trabalhos e às fontes que tratam da temática no ensino agrícola, especialmente no Rio Grande do Norte.

Considerando essa constatação e a busca pela superação dessa lacuna, o primeiro fruto dessa pesquisa foi o trabalho: “O ensino agrícola no Rio Grande do Norte (1908-1930).” (LUCAS; MEDEIROS NETA, 2018).

A partir dessas experiências, analisamos as principais ações do Estado do Rio Grande do Norte para o desenvolvimento do Ensino Agrícola, a partir de uma pesquisa documental realizada nas mensagens apresentadas pelos governadores à Assembleia Legislativa. Apesar de trazer um levantamento sobre as ações, ainda nos faltava o entendimento sobre as circunstâncias que motivaram essas ações e os sujeitos envolvidos nesse processo – uma das ênfases desta investigação. Destarte, na seção seguinte, apresentamos e discutimos trabalhos com temáticas voltadas ao ensino agrícola.

O QUE JÁ VEM SENDO ESCRITO

No que se refere às pesquisas no campo da História da Educação envolvendo a temática do Ensino Agrícola, é salutar fazer referência a alguns estudos que já foram desenvolvidos e contribuem com discussões a respeito do tema.

Um deles é o artigo de Iraíde Marques de Freitas Barreiro (2013), da Universidade Federal Paulista, intitulado “Formação para o ensino agrícola nos Centros de Treinamento de Professores e de Auxiliares Rurais (1952-1963)”, apresentado no GT 02 na 35ª reunião da ANPED. Barreiro (2013) tem o intuito de discutir o Ensino Agrícola no referente à formação de docentes para o ensino de práticas rurais e para as professoras das escolas rurais. Ensino tal desenvolvido pela Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) (1952-1963), analisando os programas de ensino de tais cursos.

No texto, um dos pontos levantados é o de que o Ensino Agrícola se apresenta como resposta à necessidade de mão de obra especializada, logo após a abolição formal da escravidão em 1888 e a intensa migração decorrente do incentivo à industrialização na década de 1930. A partir da instrumentalização e da especialização do homem do campo, cada vez mais era garantida a sua fixação no campo. Nessa perspectiva, o ensino agrícola foi ao longo do tempo correspondendo às necessidades econômicas.

As atividades de ensino envolviam a iniciação para o trabalho rural, o desenvolvimento de conhecimentos mais técnicos sobre as práticas agrícolas; já o ensino superior “[...] priorizava a formação de engenheiros agrônomos, médicos, veterinários, sanitaristas rurais etc.” (BARREIRO, 2013, p. 649). Além das iniciativas da CNER, o estudo traz uma retrospectiva da própria educação brasileira e suas principais diretrizes como a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e as iniciativas de alfabetização da UNESCO após a Segunda Guerra Mundial, para caracterizar, inclusive, o contexto de criação da CNER.

Observamos que o estudo traz à tona não só a questão da formação agrícola e rural, mas também as peculiaridades e necessidades do meio rural. As dificuldades para implementação de uma educação como prática social e estreitamente relacionada às questões de condições de subsistência, alimentação, propriedade, reforma agrária, entre outras.

Levanta ainda o caráter normatizador e ideológico de algumas unidades, vista pelos latifundiários como uma ameaça a seus interesses.

Outro estudo de relevância para essa pesquisa é “Escrevendo por sobre a terra: as fazendas-modelo em Minas Gerais (1906-1915)” de Irlen Antônio Gonçalves e Daniela Pereira Versieux (2015), que nos traz a compreensão das fazendas-modelo e campos de demonstração como instituições de ensino, ou seja, espaços de aprendizagem.

Para construção dessa compreensão, Gonçalves e Versieux (2015) iniciam com uma contextualização a respeito da criação do Ministério da Agricultura e sua proposta de formação profissional, além de informações mais específicas sobre a criação do Ensino Agrônômico em 1910 e sua estruturação e iniciativas. Neste trabalho, observamos a riqueza de informações e fontes sobre a temática não só das fazendas-modelo, mas do ensino agrícola como um todo.

Sobre os aprendizes dos dois estabelecimentos, foram levantadas algumas características que os diferenciam. Nos campos de demonstração, o público-alvo seria jovens com menos de 20 anos, pobres e órfãos com o intuito de reduzir a “vagabundagem”, vista como um grande mal na época. Estes receberiam complementação da instrução primária e uma educação voltada para o trabalho. Nas fazendas-modelo “[...] preconizou-se uma instrução técnica voltada para um público adulto e trabalhador.” (GONÇALVES; VERSIEUX, 2015, p. 205). Nesses outros estabelecimentos, os aprendizes eram sujeitos que já trabalhavam no meio agrícola e quanto ao ensino não eram previstas instruções teóricas, mas o conhecimento proveniente do próprio trabalho agrícola. (GONÇALVES; VERSIEUX, 2015).

Um aspecto importante para descrever e analisar o ensino agrícola é o perfil dos discentes que o compunham. E nesse viés temos o trabalho de Joaquim Tavares da Conceição (2016): “Perfil dos alunos internos no ensino profissional agrícola federal mantido pelo Ministério da Agricultura em Sergipe (1934-1967)”. Ao analisar os discentes, ele nos traz a discussão sobre uma instituição característica do ensino agrícola, assim como as fazendas-modelo e os campos de demonstração, o internato. Espaço marcado pela dualidade entre a formação e o assistencialismo. A escola, sobre a qual o estudo trata, passou por diferentes modelos de ensino agrícola no período em que esteve vinculada ao Ministério da Agricultura: “[...] aprendizado agrícola (1934-1947), escola de iniciação agrícola (1946-1952), escola agrícola (1952-1957), escola agrotécnica (1957-1964) e colégio agrícola (1964-1979).” (CONCEIÇÃO, 2016, p. 597). De modo que é possível, através desse artigo, conhecer características próprias de tais modelos de ensino bastante característicos da proposta educacional do Ministério da Agricultura. Essa pesquisa chama-nos a atenção devido a diversidade de fontes que são utilizadas para a construção desse entendimento. Além disso, o autor faz um detalhamento para a compreensão do que o chama de “montagem do documento” e do trabalho do historiador frente essas fontes.

O artigo aponta a representação que possuía o Aprendizado Agrícola como espaço de amparo aos mais pobres, aproximando-se de um orfanato. Dessa forma, os internos eram provenientes das camadas mais pobres da população e recebiam da instituição tudo o que era necessário à sua sobrevivência e permanência nos estudos. Representação que era fruto de sua organização anterior de patronato agrícola. A partir da década de 1950, com as novas regulamentações do Ministério e a transformação em Escola Agrícola, que se concretizou a mudança do perfil socioeconômico dos internos. Característica observada em toda a rede federal. (CONCEIÇÃO, 2016).

Outra referência no campo das pesquisas sobre o Ensino Agrícola é o artigo denominado “Educação Profissional Agrícola No Brasil: História e Política” de Célia Regina Otranto (2017), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, apresentado no IX Congresso Brasileiro de História da Educação. O referido artigo traz uma retrospectiva da história do Ensino Agrícola no Brasil desde o Império até sua desvinculação do Ministério da Agricultura.

A autora utiliza como fontes dessa investigação o Relatório do Ministro de Estado Miguel Calmon du Pin e Almeida e outros instrumentos legais como decretos e leis. A partir da análise do relatório, a autora destaca que “[...] a instrução profissional, na época, ficava, quase que exclusivamente, a cargo dos Estados [...]” (OTRANTO, 2017, p. 6707) e são vistos os primeiros passos da responsabilização da União com o ensino agrícola e a instrução profissional como um todo. Além do período anterior a 1909, analisado a partir do Relatório Miguel Calmon du Pin e Almeida, a partir do decreto são analisados os períodos da Primeira República e de 1930 a 1967.

Com a passagem para o Ministério da Educação, a autora chama a atenção à antiga concepção do ensino agrícola: “Ao desvincular o ensino agrônômico do Ministério da Agricultura fechou-se, então, um ciclo, no qual o saber estava diretamente ligado ao poder nas relações sociais do Brasil ‘agrário’.” (OTRANTO, 2017, p. 6712).

Nesta mesma linha de retrospectiva da história do ensino agrícola de Otranto (2017), temos o artigo “Retrospectiva Histórica do ensino agrícola no Brasil” de Francisco José M. Sobral (2009). Nesse artigo são levantados conceitos comuns à maioria dos trabalhos citados, como a fixação do homem do campo, o “ruralismo pedagógico” e a modernização do setor rural. Além disso, o estudo está associada à análise das questões econômicas que influenciaram o ensino. São levantadas, também, as relações com o ensino profissional mantido pela União e o autor discute o ensino agrícola da sua primeira organização no início do século XX, subordinado ao Ministério da Agricultura, ao período posterior em que foi transferido para o Ministério da Educação.

Essas não são as únicas produções a respeito da temática do Ensino Agrícola. No entanto, entre os pesquisados, esse foi o *corpus* cujas características a respeito do recorte temporal, das fontes e metodologias mais aproximaram-se do presente estudo. Dentre esses, e tantos outros, percebemos diversas aproximações, todavia não existem trabalhos que

abordem essa temática no âmbito do Rio Grande do Norte. A partir disso, vimos a necessidade de nos aprofundar nos conceitos e nas articulações com as fontes para a construção dessa história do Ensino Agrícola no Rio Grande do Norte.

PARA ESCREVER SOBRE O ENSINO AGRÍCOLA

ESTADO E LEGISLAÇÃO

A legislação e os documentos oficiais são fontes recorrentes nas pesquisas para compreender os processos históricos de determinado período. Foram predominantes em algumas correntes históricas e são as mais usadas para construção das produções analisadas.

A lei tem a função de mediar relações entre o Estado e os cidadãos. Para orientar o trabalho com a legislação como fonte para a pesquisa histórica, apoiamos-nos no entendimento de Thompson (1998). Compreendemos a necessidade de estabelecer relações entre a legislação e o contexto político. Nessa perspectiva, a lei representa o desejo dos dominantes de superação dos hábitos e costumes e o determinante da legitimação das suas práticas. “A lei pode estabelecer os limites tolerados pelos governantes [...]”. (THOMPSON, 1998, p. 19).

Para Rémond (2003, p. 444), “Praticamente não há setor ou atividade que, em algum momento da história, não tenha tido uma relação com o político [...]” e isso não seria diferente com a educação. Diante disso, é preciso que analisemos os interesses, as motivações e as disputas que envolvem o desenvolvimento da atividade política sobre a educação.

Essa leitura é complementar à concepção de Estado Moderno indicada por Chartier (1990, p. 219): “[...] a instauração progressiva da fiscalidade pública e de uma ordem garantida pelo poder de comando do soberano.” A fiscalização e o controle são possíveis à medida que o Estado modifica sua prática e os seus mecanismos de controle. Por isso, surge a necessidade da fixação escrita, da burocracia.

A dominação do Estado está estreitamente imbricada a sua capacidade de produzir e conservar os escritos. Medir a produção da escrita de Estado implica que se meçam igualmente as competências culturais das populações, agentes ou súbditos do Estado, que exercem ou apreendem o poder e de justiça por meio de textos que se destinam a ser lidos. (CHARTIER, 1990, p. 219).

Para compreender a forma com que as leis como determinantes de uma sociedade, é preciso compreender como o Estado faz uso delas para garantia de sua soberania. Assim como, as leis são os instrumentos que o Estado utiliza para a concretização de valores, costumes e preceitos, os quais buscam difundir ou fazer desaparecer. A educação,

principalmente no espaço da escola, é mais um dos instrumentos utilizados pelo Estado com tal finalidade.

Desse modo, atentamos para como a legislação educacional constitui-se como determinante do modelo de sociedade almejado pelo Estado. Segundo Castanha (2011, p. 315), “[...] toda a legislação traz em si as características da sociedade que a produz [...]” e, por essa ótica, percebemos que além de analisar as ações do Estado e suas finalidades, a partir da legislação podemos analisar também o próprio Estado e seus constituintes.

Castanha (2011, p. 318) chama a atenção de que “[...] não basta interpretar a lei pela lei [...]”, é necessária a interpretação de todo o contexto social, histórico, econômico, cultural, moral etc. Ou seja, não é possível analisar a legislação sem o estabelecimento de conexões e contradições entre o contexto e outras fontes. Essas conexões e contradições são pontos cruciais que respondem nossas interrogações e questionamentos às fontes, levando assim a interpretações mais adequadas.

Nesse sentido, acentua-se a relevância da leitura das fontes para poder construir interpretações. Desviar-se de interpretações de outrem, mesmo reconhecendo sua importância e tendo-as como subsídio e construir as próprias interpretações a partir dos questionamentos pertinentes as intencionalidades correspondentes a determinado estudo. Atentar-se não somente para o contexto macro de onde partem as determinações, mas também aos espaços mais específicos que configuram o *locus* de desenvolvimento e cumprimento das leis. Reforçamos a legislação como determinante e reveladora da sociedade, portanto, importantíssima fonte histórica.

Nessa perspectiva, esse estudo se insere no campo da história política, de acordo com Barros (2005), à medida que analisa as relações provenientes do poder atribuído ao Estado pela força da lei. Podemos perceber essa força como mecanismo de controle e determinante do todo social.

Assim como a influência das ideologias e das decisões políticas como determinantes no campo da educação, a história política é importante para a compreensão do todo social. A política é lugar de gestão do social e econômico. A política é tratada a partir da sua função de determinação do contexto e dos reflexos de sua prática. (RÉMOND, 2003).

AS FONTES

Para esta pesquisa foram necessárias consultas a diversas fontes e um empenhado trabalho de busca, organização, categorização e análise delas. As primeiras fontes pesquisadas foram as Mensagens dos governadores do Rio Grande do Norte apresentadas à Assembleia Legislativa. Ainda pesquisando sobre o ensino profissional no Rio Grande do Norte, debruçamo-nos sobre os resultados referentes ao ensino agrícola. O acesso a essas Mensagens foi facilitado devido elas estarem disponíveis virtualmente através do *Center of Research Libraries* (CRL) que possui coleções de documentos históricos de muitos países e

diferentes épocas. Fundado em 1949, é mantido por um consórcio de diversas bibliotecas universitárias dos Estados Unidos da América (EUA) e Canadá. Graças a essa iniciativa, foi possível o acesso a boa parte das mensagens referentes ao recorte temporal estudado. No CRL, as mensagens estão disponíveis até o ano de 1930. As demais mensagens, dos anos posteriores, que foram utilizadas encontram-se no Arquivo Público do Rio Grande do Norte.

As Mensagens eram apresentadas pelos governadores ou interventores ao final de cada ano à Assembleia Legislativa para apresentar as ações desenvolvidas, despesas e a situação do estado de uma forma geral. Elas trazem relatos de como estavam organizados os setores de atribuição do Governo do Estado. As Mensagens são divididas em seções que apresentam as diferentes áreas em que estavam distribuídas as ações do estado como: administração pública, eleições, obras públicas, finanças, saúde pública, agricultura, instrução pública, comércio, imprensa, departamento de polícias, entre outros.

Desse modo, a partir delas é possível ter uma visão geral de como o estado do Rio Grande do Norte estava organizado e das mudanças que ocorriam nos diferentes setores, principalmente no campo da instrução pública. No entanto, essas fontes mostravam apenas a descrição ou as intenções a partir da visão dos governantes. Para o aprofundamento das razões que motivaram essas ações, a fim de estabelecer conexões com o contexto da época e identificar os sujeitos dessas ações, foram necessárias buscas em outras fontes.

Em busca de compreender as motivações e diretrizes que definiam essas ações, o passo seguinte foi procurar os relatórios do Ministério da Agricultura, à época responsável pelo ensino agrícola, mesmo depois da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública; esses relatórios estão virtualmente disponíveis no CRL.

Além das Mensagens, outros instrumentos legais foram utilizados como fontes para a constituição deste trabalho, a saber: o Decreto nº 7.501, de 12 de agosto de 1909, que dispõe sobre as medidas provisórias à instalação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio; o Decreto nº 8.319, de 20 de Outubro de 1910, ato de criação do Ensino Agrônomo e aprovação do respectivo regulamento; o Decreto nº 12.893, de 28 de Fevereiro de 1918, que autoriza o Ministro da Agricultura a criar patronatos agrícolas à educação de menores desvalidos, nos postos zootécnicos, fazendas-modelo de criação, núcleos coloniais e outros estabelecimentos do Ministério; o Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Agrícola; o Decreto nº 22.506, de 22 de janeiro de 1947, que alterou a denominação de estabelecimentos de Ensino Agrícola, subordinados ao Ministério da Agricultura; e o Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967, que transferiu para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura. Todos disponibilizados virtualmente na seção de Legislação no site oficial da Presidência da República.

Para o tratamento dessas fontes, apoiamos-nos no entendimento de Ragazzini (2001) a respeito das fontes para a história da escola e da educação. A caracterização das fontes é importante, pois é, somente, através de sua análise que podemos construir conhecimentos

sobre o passado. “A fonte provém do passado, é o passado, mas não está mais no passado quando é interrogada.” (RAGAZZINI, 2001, p. 14).

O pesquisador constrói a fonte a partir de um processo investigativo e interpretativo, analisando os níveis de relação que envolvem a produção, seleção e conservação do documento. Nesse entendimento, no campo da História da Educação, as mensagens dos governadores estão inclusas nas “[...] fontes para a história da escola e da educação.” (RAGAZZINI, 2001, p. 19). Ou seja, elas não são produzidas pela escola e nem com a intencionalidade de contar a história da educação, além de não estarem diretamente ligadas à cultura e às práticas escolares. Mas, falam-nos muito das concepções de ensino, da concepção de educação da época e das iniciativas que nortearam os rumos da educação.

Além disso, apoiamo-nos no método indiciário de Ginzburg (1989). Em conformidade com Ginzburg (1987, 1989), o procedimento metodológico do indiciário transferiu ao interior das pesquisas as tensões entre narração e documentação, já que a análise dos indícios é construída a partir da investigação das convergências e divergências, das inferências de causas não documentadas ou comprovadas por meio dos efeitos.

Os indícios são elementos constitutivos da narrativa histórica. Tal qual um detetive, o historiador deve ter um olhar sensível e atento aos sinais. No entanto, os indícios não falam por si, é preciso realizar conexões. Lembremos que o paradigma indiciário é um método interpretativo e, portanto, é constituído por um processo de contextualização, atribuição de sentido às pistas, seguido do processo de conexão, momento em que são feitas as aproximações e relações, e, por fim, a descrição das etapas anteriores que é a própria narrativa histórica. Além da sensibilidade, o método pressupõe uma inferência indutiva que parte do particular à totalidade. Ou seja, implica analisar as pequenas partes, os indícios, a procura da compreensão do todo.

O ENSINO AGRÍCOLA E O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Nilo Peçanha, através do Decreto nº 7.501, de 12 de agosto de 1909, instalou o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Esse decreto foi criado pelo Decreto nº 1.606 de 29 de dezembro de 1906.

Estavam sob a jurisdição desse Ministério os assuntos referentes à produção agrícola, imigração, indústria animal, mineração, aos tratados comerciais, ao regime de pesos e medidas, entre outros. Mas, além disso, eram de responsabilidade do Ministério de Agricultura e Comércio fomentar ações de formação e divulgação do Ensino Agrônomo, das Escolas de Aprendizes Artífices, Academias de Comércio e dos museus.

No ano de 1930, através do Decreto n. 19.448, de 3 de dezembro de 1930, houve o desmembramento do Ministério da Agricultura e do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Nessa separação, alguns estabelecimentos foram retirados da jurisdição do Ministério da Agricultura, como as Escolas de Aprendizes Artífices, a Escola Normal de

Artes e Ofícios Vencesláu Brás, a Superintendência dos Estabelecimentos do Ensino Comercial e o Museu Nacional. Esses estabelecimentos foram transferidos para o Ministério da Educação e Saúde Pública e para alguns Conselhos e Serviços; alguns Patronatos Agrícolas foram passados ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, mas acabaram sendo devolvidos ao seu Ministério de origem. Ficando, assim, o Ensino Agrônomo como única vertente educativa mantida pelo Ministério da Agricultura. (BRASIL, 1933b, p. 19).

Outra mudança importante foi a reorganização do Ministério proposta por Apolonio Sales durante o Governo de Getúlio Vargas, em 1933, que propunha a organização em diretorias, uma delas destinadas ao Ensino Agrônomo. (BRASIL, 1933a). Na mensagem publicada em 1945, referente aos anos de 1930 a 1944, observamos as ações que passaram a vigorar a partir da reorganização, como a incumbência de manutenção e fiscalização dos estabelecimentos de Ensino Agrícola em todos os graus. (BRASIL, 1945, p. 309).

O governo brasileiro ressaltou desde cedo, como percebemos nas Mensagens desde 1908, a importância da agricultura para o desenvolvimento do país, tendo em vista o caráter agrícola da economia brasileira. As ações para a educação do trabalhador rural, novas técnicas e modernização das práticas eram questões julgadas como fundamentais nesse processo, considerando que eram determinantes para alcançar esse desenvolvimento. Acreditava-se que o ensino agrícola acarretaria uma exploração mais consciente e lucrativa, levando em consideração que as práticas agrícolas da época eram apontadas como desorganizadas e que não faziam jus aos benefícios provenientes dos solos e climas brasileiros.

Percebemos que, antes mesmo do Plano Geral do Ensino Agrônomo de 1910, no ano de 1908, já foram delineadas estratégias para o desenvolvimento desse ensino; uma delas é o incentivo à expansão pelos governos estaduais e municipais. No entanto, isso revela que, apesar do incentivo por meio da contribuição financeira, não são fornecidas condições mais propícias e orientações para esse desenvolvimento.

E assim que o Governo Federal, além de manter um curso de agronomia na Escola Polytechnica, subsidia uma verba de 20:000\$ a cada um dos Estados e municipalidades que fundarem postos zootechnicos, estações agronomicas ou campos de experiência e demonstração. (BRASIL, 1909b, p. 47-48).

O Brasil era um país essencialmente agrícola, a maior parte de sua economia era movida pela exportação de gêneros de alimentação e matérias primas. O Ministro Germiniano Lyra Castro aponta que a maior parte da riqueza do país na época residia na agricultura. Essa se destacava como um ramo importante devido às condições muito favoráveis do clima e do solo e a quantidade de pessoas que eram empregadas mediante a cultura. No entanto, a população do país aumentou oito vezes em apenas três gerações e a produção agrícola ainda não era capaz de produzir o suficiente a todos e ainda atender o mercado internacional. A produção deveria aumentar para que pudesse atender a demanda interna e a demanda gerada pelas exportações. Segundo o Ministro Germiniano Lyra, essa

era uma questão que deveria ser superada em prol do futuro. E, mais uma vez, essa responsabilidade era incumbida ao desenvolvimento do ensino e modernização agrícolas. (BRASIL, 1930b, p. 100).

Essa visão foi reforçada pelo Ministro Juarez Távora, no ano de 1933, que aponta a necessidade de “racionalização da produção”. Isso, para o melhor aproveitamento e preservação dos recursos naturais do país. Corroborando a responsabilidade do Ministério nesse processo.

Essa tarefa cabe, inteira, ao Ministério da Agricultura, impondo-se-lhe imperiosamente, em consequência: a) estudar o aproveitamento racional das matérias primas minerais, vegetais e animais, com que nos fadou a natureza, de fôrma a padronizar e fiscalizar os tipos de produção, educando o produtor e garantindo o consumidor; [...] f) finalmente, modificar, pela instrução técnico-profissional-racional e cuidadosamente ministrada - a mentalidade rotineira do nosso meio agrícola e pastoril. (BRASIL, 1933a, p. 19).

Desse ponto de vista, o Ensino Agrícola começou a ser regulamentado pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio no ano de 1910 com o Decreto nº 8.319 de 20 de outubro de 1910. Esse decreto criou oficialmente o Ensino Agrônômico mantido pela União e aprova o regulamento que passou a regê-lo desde então. Além do Ensino Agrônômico, o decreto regulamentava também a instrução técnica das áreas correlativas como Medicina Veterinária, Zootecnia e Indústrias Rurais.

Para garantir o caráter experimental do ensino em todas as suas modalidades, eram fundamentais os serviços e as instalações complementares aos estabelecimentos de ensino como as estações experimentais, campos de experiência e demonstração, fazendas experimentais, estações de ensaio de máquinas agrícolas, postos zootécnicos e postos meteorológicos.

O decreto regulava a organização de cada nível e modalidade de ensino. Nele constavam os objetivos de cada vertente do ensino e as informações necessárias para a organização da distribuição das cadeiras em cada ano, dos laboratórios, da administração dos estabelecimentos, do corpo docente, do regime escolar, das matrículas, dos métodos de ensino e avaliações, das premiações e diplomas, dos estágios e da duração dos cursos. Todos especificados de acordo com cada nível e curso.

Ainda que com pouca relevância, havia uma preocupação com a educação feminina, mais voltada a atividades domésticas, próprias ao meio rural; eram nas Escolas Domésticas Agrícolas, cujo público-alvo eram as filhas dos trabalhadores rurais, que aprenderiam as técnicas agrícolas “[...] compatíveis com sua compleição e as exigências do sexo.” (BRASIL, 1910b, p. 63). Com o passar dos anos, esse ensino foi sendo expandido e passou a ser voltado à Economia Rural Doméstica, através de escolas e cursos.

Outro ponto importante a ser mencionado é sobre o desenvolvimento do Ensino Agrícola que estava sob responsabilidade da Inspeção Agrícola, responsável pela

fiscalização do desenvolvimento do ensino em todo o país, nas instituições mantidas pela União, pelos estados ou por particulares. Além disso, era incumbida de coletar dados a fim de que posteriormente fossem organizados e publicados. A publicação desses dados servia como amparo às ações da administração pública e à difusão de conhecimento. O trabalho dos inspetores não era isolado; havia uma grande valorização, a ponto de ocorrer o primeiro Congresso de Inspectores Agrícolas em 1922. (BRASIL, 1925, p. 5). Os inspetores desenvolviam ainda o ensino prático através de exposições e consultorias itinerantes.

Além do ensino ministrado nos estabelecimentos, cursos, campos de demonstração e estações experimentais, o Ministério também desenvolvia outras ações à disseminação das práticas agrícolas mais modernas e à contribuição à instrução profissional. Estão nesse rol ações como: a produção e distribuição do Guia do Agricultor do Brasil em 1919, a propaganda através da Cinematografia Agrícola, o Congresso Nacional de Agricultura e Pecuária e as Semanas Ruralistas.

O Guia do Agricultor teve uma distribuição de 10.000 exemplares “[...] ensinando: a quantidade de sementes a distribuir pelas áreas respectivas, a distância entre as plantas, o tempo de plantação e das colheitas, a produção do hectare, e a despesa e a receita das culturas respectivas.” (BRASIL, 1920, p. 5).

Para difundir o ensino profissional que vinha sendo desenvolvido, os serviços de inspeção e fomento passaram a produzir filmes e organizar também os meios para sua exibição. (BRASIL, 1929, p. 61). O 3º Congresso Nacional de Agricultura e Pecuária aconteceu no Rio de Janeiro em 1931, promovido pela Sociedade Nacional de Agricultura e teve como uma das decisões a concessão de créditos, subvenções e isenções para os institutos e escolas agrícolas. (BRASIL, 1933b, p. 58). Como mais uma ação de extensão, o Serviço de Inspeção Agrícola organizou as Semanas Ruralistas, que surgiram com o objetivo de propiciar espaços de discussão como, por exemplo, os Congressos: destinados ao homem do campo e aos técnicos. “Durante cada reunião, homens do campo e técnicos debatem os principais problemas agropecuários da região, procurando-se indicar, por fim, os processos mais eficazes para solucioná-los.” (BRASIL, 1952, p. 188). Durante as Semanas Ruralistas eram exibidos também os filmes anteriormente citados.

Com o intuito de corresponder aos ideais republicanos de ordem e progresso - característicos da conjuntura do país na época e aliados à proposta de uma sociedade voltada para o trabalho - foram criados também os Patronatos Agrícolas pelo Decreto nº 12.893 de 28 de fevereiro de 1918, instituições com o intuito de prestar assistência aos menores desvalidos, de modo que pudessem ser tirados da marginalidade e dos males que acreditavam advir da ociosidade para que pudessem contribuir à pátria através de seu trabalho e a promoção da moral e da higiene. (BRASIL, 1918b, p. 139).

Ainda que muito fosse feito para expandir o Ensino Agrícola e garantir o acesso aos trabalhadores rurais, alguns problemas ainda dificultavam essas ações. Tais problemas envolviam recursos financeiros, como em quase toda a educação brasileira, o apoio dos

governos dos estados e municípios, a falta de profissionais qualificados para exercer cargos de direção e chefia, entre outros. (BRASIL, 1911 p. 43).

A escassez de profissionais qualificados influenciava, inclusive, na credibilidade dada às iniciativas de ensino, afastando os investidores. A isso também era atribuído o fracasso do Ensino Agrícola. Nos relatórios, os Ministros deixam evidente que o Governo Federal reconhece a necessidade de expansão da Educação Profissional, mas que não é capaz de concretizar essa ação sozinho.

Desse modo, constantemente eram solicitados auxílios por parte dos governos dos estados e municípios que participassem do custeio do ensino que era, em sua maior parte, oferecido gratuitamente. Apesar da iniciativa de criar escolas secundárias agrícolas em todos os estados, a mesma não pode ser consolidada devido a necessidade de coparticipação de 1/3 dos custos por parte destes. Alguns estados não possuíam condições para isso e necessitavam de maior auxílio da União.

O ENSINO AGRÍCOLA NO RIO GRANDE DO NORTE

O desenvolvimento do ensino agrícola nas primeiras décadas do século XX esteve ligado às propostas advindas do Ministério da Agricultura. Nas Mensagens dos governadores e relatórios ministeriais percebemos ações de criação de escolas e cursos, além de propostas e solicitações de verbas e auxílios. Ainda no ano de 1908, o Ministério inicia o incentivo à propagação do ensino agrícola e reforçando a necessidade de colaboração dos estados. A União propõe subsidiar cada um dos estados e municípios que fundarem estabelecimentos de ensino agrícola. (BRASIL, 1909b).

No mesmo ano, 1908, temos a demonstração do interesse por parte do governador, Alberto Maranhão, em criar uma escola de agricultura para, assim, estar completo o elenco da instrução primária do Rio Grande do Norte. (RIO GRANDE DO NORTE, 1908). No ano de 1910, foi criada a Escola de Agricultura e Criação no vale do Ceará-mirim, da qual não temos muitas informações além de sua criação. (RIO GRANDE DO NORTE, 1910, p. 8).

O governador Alberto Maranhão em seus dois mandatos, de 1900 a 1904 e de 1908 a 1913, reformou o ensino estadual e implantou o projeto educacional da modernidade potiguar. Ele pretendia formar o cidadão nas esferas moral e cívica, através de uma educação prática e profissionalizante. “Ao lado dessa formação, com vistas ao trabalho agrícola, comercial e industrial, o governador privilegiava a formação do cidadão republicano – para que esse participasse da vida política do país.” (LYRA, 2013, p. 3). Alberto Maranhão defendia a educação gratuita, obrigatória e mantida pelo Estado e se baseava em “[...] uma educação republicana como transformadora do Rio Grande do Norte e desenvolvimentista da sociedade.” (LYRA, 2013, p. 5).

Assim, em 1911, foi criado o Campo de Demonstração de Macaíba, o primeiro estabelecimento de ensino correspondente ao que determinava o Ministério e que era

mantido pela União. Este foi criado através do Decreto nº 8.786 de 14 de junho de 1911². (BRASIL, 1911, p. 50). O Campo foi instalado sob a responsabilidade do ministério em terras cedidas pelo estado, onde funcionava um antigo engenho de cana-de-açúcar denominado Fazenda Jundiahy e já começou a funcionar desde então. (RIO GRANDE DO NORTE, 1912, p. 8).

Para organização do Campo, foram enviados à direção todas as diretrizes de funcionamento de campos experimentais, de acordo com o Plano Geral do Ensino Agrônômico. (BRASIL, 1911, p. 565). As terras onde estava localizado o Campo eram bastante férteis e havia uma área de 22.662 metros quadrados de cultivo. Em 1912, eram cultivados 60.000 pés de cana-de-açúcar, além do cultivo de arroz, milho, algodão e videiras. Ainda havia outras áreas que estavam sendo preparadas para receber outras plantas próprias à região. Todo esse cultivo era feito através de práticas baseadas em informações coletadas segundo estudos e observações realizados no próprio campo. (BRASIL, 1912, p. 25).

Além disso, foram ministrados no Campo os cursos ambulantes promovidos pelo ministério em todo o país, sendo o mestre Vicente Riquete Pereira responsável por ministrar esses cursos no Rio Grande do Norte. (BRASIL, 1914). O estado adquiriu também outra fazenda para construção de outro Campo de Demonstração, a fazenda Jassanã, que não chegou a ser construído e em seu lugar passou a funcionar uma usina de açúcar. (RIO GRANDE DO NORTE, 1913, p. 17).

A Escola Agrícola de Jundiaí, criada em 1920, ainda passou muitos anos para que fosse inaugurada e realmente passasse a funcionar. Além da necessidade de recursos financeiros para completar a aquisição dos recursos materiais necessários às suas instalações, a escola carecia também de recursos humanos qualificados para sua direção e administração. Essa dificuldade era devido à necessidade de encontrar um profissional qualificado, mesmo fora do estado e que seu pagamento estivesse dentro das possibilidades do estado. (RIO GRANDE DO NORTE, 1921, p. 26).

O ministério julgava imprescindível que as escolas agrícolas fossem confiadas a profissionais qualificados e, portanto, não deveriam ser abertas escolas sem pessoal competente para dirigi-las. Para a União, um diretor competente era fundamental para o bom funcionamento dos estabelecimentos de ensino. Isso justifica o fato de a Escola Agrícola de Jundiaí retardar tanto sua abertura em busca de um diretor qualificado. (BRASIL, 1911, p. 43).

No Rio Grande do Norte, a Inspeção Agrícola teve um papel relevante, pois contribuiu com o desenvolvimento do ensino e das práticas agrícolas no estado como um todo. Os inspetores realizavam visitas em diversas propriedades agrícolas e nelas realizavam entrevistas e vistorias assim como ministravam aulas mais práticas aos agricultores das regiões visitadas. “O inspetor, durante as visitas que fez a 49 propriedades agrícolas do Estado, ministrou aos agricultores ensinamentos sobre o cultivo de árvores frutíferas, pódas, desinfecção e seleção de sementes.” (BRASIL, 1929, p. 43).

Inspecionaram-se os municípios de Touros, Macahyba, São Gonçalo, Ceará-Mirim, Taipú, Lages, Angicos, Curraes Novos, Acary, Jardim do Seridó, Caicó, S. José do Mipibu, Nova Cruz, Assú e Santa Cruz. Nas diversas propriedades visitadas nos alludidos municípios foi feita a propaganda da melhoria dos processos culturaes locais, sem deixar de ser prestada assistencia directa aos lavradores, como auxilio para o combate ás pragas, selecção das sementes, registo [sic], venda de material, etc. (BRASIL, 1928, p. 25).

No ano de 1919, não só o Rio Grande do Norte, mas outros estados foram abalados pela principal praga da cultura do algodão. “Os algodoeiros do Rio, Minas e especialmente os de São Paulo foram muito danificados por essa larva destruidora e o mesmo succedeu nos Estados do Norte, principalmente na Parahyba, Rio Grande do Norte e Ceará.” (BRASIL, 1920, p. 5).

Segundo Denise Monteiro Takeya (2012), no período de 1889 a 1930, a produção de algodão sobrepôs-se gradativamente à produção de cana-de-açúcar, ganhando relevância para a economia do estado. “Desta forma, percebemos que o progresso da cotonicultura dava-se paralelamente ao desenvolvimento da indústria têxtil algodoeira nacional, concentrada sobretudo no Rio de Janeiro, Distrito Federal e São Paulo.” (TAKEYA, 2012, p. 9). Dada a relevância da produção do algodão para o estado, foi identificada, por intermédio das visitas da Inspetoria, essa demanda por parte dos agricultores, auxiliares no combate à produção de algodão a fim de não perder todo o seu cultivo de cana-de-açúcar.

Além dos trabalhos mais práticos realizados no contato com os trabalhadores rurais, a Inspetoria do Rio Grande do Norte organizou também trabalhos que versavam sobre temas próprios e relevantes do estado. Durante o ano de 1925, foram organizados os seguintes trabalhos: “Industria dos oleos vegetaes”; “Cultura e Industria da Mandioca”; “O Problema dos Transportes no Estado”; “Questionario Agricola do Municipio de Ceará Mirim”; e “Estimativa de Safras de 1925-1926.” (BRASIL, 1929).

No ano de 1930, foi criado o Curso de Especialização para o Serviço do Algodão com matrícula de 18 alunos. “As materias professadas no mesmo curso são as seguintes: análise estatistica, tecnologia da fibra genetica e defesa sanitaria do algodão, beneficiamento do algodão, quimica do algodão e seus subprodutos e classificação do algodão.” (BRASIL, 1933b, p. 195).

Os Campos de Demonstração e a Inspetoria Agrícola serviam não só ao propósito do ensino, mas tinham o intuito de promover o desenvolvimento de práticas agrícolas modernas e que pudessem promover o desenvolvimento dos estados e, conseqüentemente, do país. O Rio Grande do Norte, na segunda década do século XX, sofria com grandes prejuízos causados pelas secas. Para superação desse problema, eram necessárias práticas de agricultura e pecuária inovadoras, tendo em vista que a economia do estado dependia especialmente dessas áreas.

O governo também percebeu a necessidade de contribuir para amenizar a situação dos jovens órfãos e demais necessitados, cujo número crescia cada vez mais nos centros urbanos. E, a partir disso, identificou a necessidade de expandir por todo o estado a criação de Patronatos Agrícolas, institutos que colaboravam justamente com esse propósito. No entanto, não foram encontradas maiores informações sobre a quantidade de jovens atendidos, como o ensino era desenvolvido nesses estabelecimentos ou até mesmo onde estavam localizados nas fontes que tivemos acesso.

Outra ação importante do ministério no Rio Grande do Norte foram as Semanas Ruralistas: espaços de difusão do conhecimento que ocorreu em 1951 nas cidades de Natal e Pau dos Ferros. Durante a programação, eram ministradas aulas de horticultura, apicultura, avicultura, pomicultura, ofidismo, higiene, entre outros, além de debates com agricultores locais. Ademais, nas Semanas Ruralistas foram fundadas três missões rurais nas arquidioceses de Natal, Mossoró e Caicó.

A Escola Agrícola de Jundiá é apontada, em 1952, como único estabelecimento do estado a formar técnicos agrícolas. No entanto, ainda eram necessárias muitas melhorias para que pudesse cumprir melhor o seu papel educativo e de promoção das práticas agrícolas no estado. “Este estabelecimento vinha exigindo orientação nova e reformas de ordem material, para que de suas atividades pudessem advir a produtividade e a eficiência desejadas. Tanto na parte agrícola como na zootécnica e na escolar [...]” (RIO GRANDE DO NORTE, 1952, p. 21).

Percebemos que, mesmo com as determinações e diretrizes advindas do Ministério, muito ainda teria que ser desenvolvido no Rio Grande do Norte. O Ministério suscitou diversas vezes que era necessária também a colaboração dos governos dos estados para o cumprimento do papel social atribuído ao Ensino Agrícola. Mas, mesmo demonstrando interesse, percebemos que o estado não dispunha dos recursos necessários para cumprir tal colaboração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação, que teve como objetivo analisar as ações do Estado para o desenvolvimento do ensino agrícola no Rio Grande do Norte, bem como a influência das determinações legais nesse processo no período de 1907 a 1967, remeteu-nos a considerações que articulam o geral e o particular.

O ensino agrícola, no período de 1910 a 1967, era definido pelas determinações do Ministério da Agricultura em suas diferentes denominações e organizações ao longo dos anos. Isso foi organizado, primeiramente, pelo Plano Geral do Ensino Agrônômico de 1910. O ministro Apolonio Sales organizou o Ministério em diretorias e uma delas era a Diretoria de Ensino Agrícola. O desenvolvimento do ensino agrícola esteve sempre ligado a

modernização das práticas agrícolas e o consequente desenvolvimento da economia brasileira.

No Rio Grande do Norte, tivemos como principais ações para o desenvolvimento desse ensino: a Escola de Agricultura e Criação, o Campo de demonstração de Macaíba, os cursos ambulantes, que eram ministrados no Campo, a Escola Agrícola de Jundiaí, o Curso de Especialização para o Serviço do Algodão, as Semanas Ruralistas e os cursos e palestras ministrados à vista da Inspetoria Agrícola.

Percebemos que o ensino esteve voltado, principalmente, ao caráter experimental e prático. Ao ensino agrícola era atribuído o papel de desenvolver a agricultura e a economia e, por consequência, todo o estado do Rio Grande do Norte.

Para chegar a esses resultados, tivemos que analisar os indícios presentes nas Mensagens, Legislações e nos Relatórios do período, visto que se constituem como “[...] fontes para a história da educação [...]” (RAGAZZINI, 2001, p. 19) e, portanto, necessitam ser analisadas a partir de seu contexto e de suas influências. O acesso às fontes foi facilitado pelo CRL, ainda que algumas fontes não estejam disponíveis, assim como informações não puderam ser encontradas.

No entanto, ressaltamos a relevância desta pesquisa para o campo da história da educação no Rio Grande do Norte, especialmente o da educação profissional. O fim do texto não representa o fim das possibilidades de estudo a respeito do tema, pelo contrário, ainda são perceptíveis inúmeras possibilidades de pesquisa, tendo em vista que encontramos uma lacuna na historiografia no que se refere a essa temática.

Em pesquisas futuras, podem ser abordados os currículos das escolas agrícolas, os perfis dos egressos desse ensino, os sujeitos que estavam à frente das instituições e análises a partir de outras fontes como jornais da época e documentos escolares.

REFERÊNCIAS

BARREIRO, I. M. de F. Formação para o ensino agrícola nos centros de treinamento de professores e de auxiliares rurais (1952-1963). **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 54, 2013. Disponível em: <http://ref.scielo.org/x86h97>. Acesso em: 27 maio 2021.

BARROS, J. D'. História política, discurso e imaginário: aspectos de uma interface. **Sæculum–Revista de História**, n. 12, 2005.

BRASIL. **Atividades do Ministério da Agricultura em 1951**. Rio de Janeiro. Serviço de Informação Agrícola. 1952.

BRASIL. Decreto nº 1.606, de 29 de dezembro de 1906. Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. **Diário Oficial da União**, p. 65, 3 jan. 1907.

BRASIL. Decreto nº 12.893, de 28 de fevereiro de 1918. Autoriza o Ministro da Agricultura a criar patronatos agrícolas, para educação de menores desvalidos, nos postos zootécnicos, fazendas-modelo de criação, núcleos coloniais e outros estabelecimentos do Ministério. **Diário Oficial da União**, p. 29635, mar. 1918a.

BRASIL. Decreto nº 19.448, de 3 de dezembro de 1930. Dá nova denominação ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio; estabelece normas para o funcionamento dos serviços sob sua jurisdição até que sejam remodelados os regulamentos atuais, e adota medidas tendentes à simplificação dos serviços burocráticos nesse ministério. **Diário Oficial da União**, seção 1, p. 219587, dez. 1930a.

BRASIL. Decreto nº 22.506, de 22 de Janeiro de 1947. Altera a denominação de estabelecimentos de ensino agrícola, subordinados ao Ministério da Agricultura. **Diário Oficial da União**, seção 1, p. 1148, jan. 1947.

BRASIL. Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967. Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seção 1, p. 5543, 22 maio. 1967.

BRASIL. Decreto nº 7.501, de 12 de agosto de 1909. Dispõe sobre as medidas provisórias para a instalação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Diário Oficial da União**, seção 1, p. 5981, 17 ago. 1909a.

BRASIL. Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910. Cria o Ensino Agrônômico e aprova o respectivo regulamento. **Diário Oficial da União** (Republicação), seção 1, p. 9516, 13 nov., 1910a.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946. Lei Orgânica do Ensino Industrial. **Diário Oficial da União**, seção 1, p. 12019, ago. 1946.

BRASIL. Ministro Juarez Tavora. **O Ministério da Agricultura na vigência do Governo Provisório (1930-1933)**. Rio de Janeiro. Oficinas Gráficas da Diretoria de Estatística e Publicidade. 1933a.

BRASIL. **O Ministério da Agricultura no Governo Getúlio Vargas**. (1930-1944). Rio de Janeiro. Serviço de Documentação do Ministério da Agricultura. 1945

BRASIL. **Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio Dr. João Gonçalves Pereira Lima**. Anno de 1918. Rio de Janeiro. Typographia da Directoria Geral de Estatistica. 1918b.

BRASIL. **Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio Miguel Calmon du Pin e Almeida**. Anno de 1922. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1925.

BRASIL. **Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio Germiniano Lyra Castro**. Anno de 1926. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1928.

BRASIL. **Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio Miguel Calmon du Pin e Almeida.** Anno de 1925. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1929.

BRASIL. **Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio Germiniano Lyra Castro.** Anno de 1929. Rio de Janeiro. Typ. do Serviço de Informações do Ministerio da Agricultura. 1930b.

BRASIL. **Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Industria, Viação e Obras Públicas Miguel Calmon du Pin e Almeida no ano de 1909 - Volume I.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909b.

BRASIL. **Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda no ano de 1910 - Volume I.** Rio de Janeiro: Oficinas da Directoria Geral de Estatistica, 1910b.

BRASIL. **Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio Dr. Pedro de Toledo no anno de 1911 - Volume I.** Rio de Janeiro: Oficinas da Directoria Geral de Estatistica, 1911.

BRASIL. **Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Pedro de Toledo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio no anno de 1912 - Volume I.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912.

BRASIL. **Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Manoel Edwiges de Queiroz Vieira Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio no anno de 1914 - Volume I.** Rio de Janeiro: Typographia do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, 1914.

BRASIL. **Relatorio apresentado ao Presidente da Republica pelo Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio Idelfonso Simões Lopes.** Rio de Janeiro. Papelaria e Typographia Villas-Boas & C. 1920.

BRASIL. **Relatorio do Ministerio da Agricultura apresentado ao Chefe do Governo Provisorio por Mario Barboza Carneiro Encarregado do Expediente na ausencia do Ministro J. F. de Assis Brasil.** De 24 de Outubro de 1930 a 31 de dezembro de 1931. Rio de Janeiro. Tip. do Ministério da Agricultura. 1933b.

CASTANHA, A. P. O uso da legislação educacional como fonte: orientações a partir do marxismo. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 11, n. 41e, p. 309-331, 2012. DOI: 10.20396/rho.v11i41e.8639912. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639912>. Acesso em: 27 maio 2021.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CONCEIÇÃO, J. T. da. Perfil dos alunos internos no ensino profissional agrícola federal mantido pelo Ministério da Agricultura em Sergipe (1934-1967). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 96, n. 244, 2016. Disponível em: <http://ref.scielo.org/bcjdxyx>. Acesso em: 27 maio 2021.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONÇALVES, I. A.; VERSIEUX, D. P. Escrevendo por sobre a terra: as fazendas-modelo em Minas Gerais (1906-1915). **Revista História da Educação**, v. 46, n. 19, 2015. Disponível em: <http://ref.scielo.org/6npvxg>. Acesso em: 27 maio 2021.

LUCAS, M. K. P.; MEDEIROS NETA, O. M. de. O ensino agrícola no Rio Grande do Norte (1908-1930). **Research, Society and Development**, v. 7, n. 1, p. 10, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=560659008007>. Acesso em: 27 maio 2021.

LYRA, F. A. T. de. Alberto Maranhão e o modelo de educação republicana (1900-1913). SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 17., 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal, 2013. p. 1-9. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364876697_ARQUIVO_ALBERTOMARANHAOEMODELODEEDUCACAOREPUBLICANA.pdf. Acesso em: 27 maio 2021.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez: 2003

OTRANTO, C. R. Educação profissional agrícola no Brasil: história e política. CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 9., 2017, João Pessoa. **Anais Eletrônicos [...]**. João Pessoa, 2017. Disponível em <http://ixcbhe.com/anais.php>. Acesso em 27 maio 2021.

RAGAZZINI, D. Para quem e o que testemunham as fontes da história da educação? **Educar em Revista**, n. 18, p.13-28, jul./dez. 2001. Tradução de Carlos Eduardo Vieira. Disponível em: <http://ref.scielo.org/98q4kh>. Acesso em: 27 maio 2021.

RÉMOND, R. **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2003.

RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 1º de novembro de 1908, pelo Governador Alberto Maranhão**. Natal: Typ. d" A Republica", 1908.

RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 1º de novembro de 1910, pelo Governador Alberto Maranhão**. Natal: Typ. d" A Republica", 1910.

RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 1º de novembro de 1912, pelo Governador Alberto Maranhão.** Natal: Typ. d'A Republica, 1912.

RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 1º de novembro de 1913, pelo Governador Alberto Maranhão.** Natal: Typ. d'A Republica, 1913.

RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 1º de novembro de 1921, pelo Governador Antonio José de Mello e Souza.** Natal: Typ. Commercial - J. Pinto & C., 1921.

RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa Estadual por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1952 pelo Dr. Sylvio Piza Pedroza, Governador do Estado.** Natal: Departamento de Imprensa, 1952.

SILVA, K. K. O. da. **O ensino profissional do Rio Grande do Norte:** indícios da ação do estado de 1908 a 1957. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Programa de Pós Graduação em Educação Profissional, Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

SOBRAL, F. J. M. Retrospectiva histórica do ensino agrícola no Brasil. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, n. 2, p. 78-95, 2009. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2953>. Acesso em: 27 maio 2021.

TAKEYA, D. M. Um outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1900-1915). **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 1, out. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/viewFile/12441/9022>. Acesso em: 27 maio 2021.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum.** Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIDAL, D. G.; FARIA FILHO, L. M. de. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, 2003. Disponível em: <http://ref.scielo.org/6tmpts>. Acesso em: 27 maio 2021.

AUTORIA:

* Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora titular do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Contato: olivia.neta@ufrn.br

** Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Contato: marcelly.lucas.700@ufrn.edu.br

COMO CITAR ABNT:

MEDEIROS NETA, O. M. de; LUCAS, M. K. P. O ensino agrícola no Rio Grande do Norte (1910-1967). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 21, p. 1-24, 2021. DOI:

10.20396/rho.v21i00.8657276. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8657276>. Acesso em: 02 ago. 2021.

Notas

¹ Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) pelo apoio financeiro essencial para realização dessa pesquisa.

² O referido decreto é citado no Relatório do Ministério da Agricultura de 1911 (BRASIL, 1911), porém não encontramos a referência desse documento.